

005ª Audiência Pública 02JUL2024

 **Pauta:** Debater o [PLL nº 124/16](#).

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (19h05min) Estão abertos os trabalhos da presente Audiência Pública, presidida pelo Ver. Hamilton Sossmeier, em virtude de o Presidente da Câmara Municipal, Ver. Mauro Pinheiro, ter compromissos na agenda oficial da Casa.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Boa noite, diretor Luiz Afonso, boa noite, Dr. Valter Nagelstein, boa noite, Ver.^a Fernanda, boa noite a todos os nossos convidados, pessoas que estão conosco, vereadores que daqui a pouquinho estarão entrando, também o pessoal da Casa, pessoal que está operando todo esse sistema – a gente sabe da complexidade –, sou muito grato à TVCâmara, ao pessoal da rádio, pessoal dos bastidores da Câmara, que estão sempre nos ajudando, nos auxiliando; foi muito importante na pandemia, tem sido importante em momentos como esse; eu quero agradecer a todos os funcionários da Casa. Dando início à nossa Audiência Pública para debater sobre o PLL nº 124/16, projeto de lei que estabelece orientações quanto ao comportamento de funcionários, responsáveis e corpo docente de estabelecimentos de ensino públicos ou privados no Município de Porto Alegre, no ensino relacionado a questões sócio-políticas, preconizando a abstenção da emissão de opiniões de cunho pessoal que possam induzir ou angariar a simpatia a determinada corrente político-partidária-ideológica.

Bom, então o tema é esse. Eu vou, de imediato, passar ao Dr. Luiz Afonso, nosso diretor legislativo, sempre muito atuante; quero também aqui dar boa noite e boas-vindas a todos os assessores dos parlamentares que estão também trabalhando. Eu sei que a gente tem vários assessores que estão acompanhando esse momento aí. Saúdo aqui também o Ver. Tiago Albrecht, que eu estou vendo aqui; não sei se tem mais algum vereador que já está conosco nessa nossa audiência? Registro a presença do Ver. Jessé

Sangalli, que já está conosco também. Eu vou, de imediato, passar ao nosso diretor legislativo, o Luiz Afonso, que vai passar todas as orientações, inclusive a ordem, como vão funcionar as falas. Nós teremos as falas dos vereadores e também teremos as falas dos convidados. O diretor Luiz Afonso vai informar, vai passar todo o procedimento para a gente cumprir, dentro das nossas regras e determinações, e fazer tudo da melhor maneira possível.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, presidente. Inicialmente, gostaria de registrar que a nossa audiência pública está sendo transmitida pela TVCâmara, no canal 16 da NET, no canal digital 11.13 e também pelo YouTube, na página da Câmara, no ícone da TVCâmara.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Quero só registrar a presença da Ver.^a Comandante Nádia, que também está conosco.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito. As regras da nossa audiência pública serão as seguintes: inicialmente, nós teremos uma fala do Sr. Valter Nagelstein, que é o autor do projeto, foi indicado pela Ver.^a Fernanda Barth, que é autora do pedido de audiência; ele vai tecer explicações acerca do teor do projeto; depois, a Ver.^a Fernanda Barth fará uso da palavra. Nós teremos dez inscrições, que serão feitas pelo *chat* – o *chat*, neste momento, ainda está bloqueado, eu vou abri-lo em seguida e vou avisá-los –, sendo cinco inscrições de apoio ao projeto e cinco inscrições para contraditar o projeto. Como é que serão feitas as inscrições? No momento em que eu abrir o *chat*, basta a pessoa colocar o nome, um sobrenome e a expressão “a favor” ou “contra” ao lado – não serão recebidas inscrições que não tenham esses elementos. Então, neste exato momento, eu vou abrir o *chat*. (Pausa.) O *chat* está aberto, já estamos recebendo inscrições nessas regras. De imediato, Ver. Sossmeier, já podemos passar a palavra ao Sr. Valter Nagelstein para fazer as suas considerações.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Perfeito, diretor Luiz Afonso. A gente ouve, então, o Valter Nagelstein; os vereadores primeiro ou prefere...

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Faltou um pequeno detalhe: entremeadamente com as falas da comunidade, falarão os vereadores e vereadoras.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Perfeito. Nós temos cinco minutos; de repente o diretor Luiz Afonso dá um *start* no tempo, avisando quando estiver para concluir.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): O Sr. Valter Nagelstein está com a palavra.

SR. VALTER NAGELSTEIN: Meus caros amigos, vereadores, Ver. Tiago Albrecht, Ver. Jessé Sangalli, minha amiga, Ver.^a Comandante Nádia, demais vereadores que eventualmente tenham chegado e não tenham sido nominados ainda, meu amigo, diretor-geral da Câmara, Dr. Luiz Afonso, na pessoa do Luiz Afonso a minha saudação a todos os servidores do Poder Legislativo do Município, cumprimentar também os assessores dos vereadores, enfim a todos. Este projeto de lei nosso foi aprovado há questão de quatro anos, e logo em seguida houve a interposição de uma medida judicial que, de acordo com aquilo que prevê a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, apontou a não realização de uma audiência pública, embora eu compreendesse, naquele momento, que havia ocorrido uma audiência pública no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, e naquela época, inclusive a própria Ver. Fernanda Barth estava lá presente naquela audiência. Mas a Justiça assim compreendeu, e agora nesse momento nós estamos aqui é para sanar um vício formal, apontado e reconhecido pelo Judiciário, para tentar submeter novamente à deliberação

soberana da Câmara Municipal de Vereadores. Rapidamente, esse projeto nasceu de um movimento de um advogado brasileiro que se chama Miguel Nagib, que identificou um fenômeno inadequado e indevido. Nós devemos resguardar no espaço da educação, o espaço da pluralidade de ideias, e mais do que isso, eu acho que nós devemos reconhecer a ascendência intelectual e hierárquica do professor sobre os alunos no ambiente escolar, e que muitas vezes quando acontece uma militância de natureza político-ideológica, dentro da sala de aula, na verdade, nós estamos profanando, Ver. Sossmeier, de alguma forma, o templo sagrado da educação, sob diversos argumentos essa profanação se estabelece, às vezes dizendo que é liberdade de cátedra e outras vezes dizendo que é estabelecimento de um pensamento crítico. Esses são os subterfúgios que são usados, inclusive para atacar o próprio projeto, Ver.^a Fernanda, dizendo que nós estamos fazendo ali uma mordida, uma censura nos professores. Nós estamos apenas dizendo, propondo e defendendo que haja... Nenhum de nós é neutro, a gente sabe disso, todos nós temos as nossas preferências, as nossas predileções. Mas, nesse ambiente da sala de aula, exatamente por essa condição de ascendência do professor sobre os alunos, que estão ali para receber uma gama de informações e forjarem as suas opiniões, o seu caráter, a sua educação. A escola ensina – a gente sempre diz isso –, a escola ensina, mas a família educa. E muitas vezes, na verdade, vem acontecendo fenômenos que são inaceitáveis, indesejáveis e indevidos, como da militância dentro da sala de aula para qualquer lado que seja. E o propósito desse projeto é exatamente evitar isso. Quando eu digo para qualquer lado que seja, na verdade, nós observamos e sabemos disso, um fenômeno, esse fenômeno tem doutrina, esse fenômeno tem – vamos dizer assim – uma bula, esse fenômeno tem uma receita e ele é parte de toda uma história que vem desde aquilo que a filosofia política consagra como a Escola de Frankfurt e que prega, que apregoa que a educação tem que ser um dos caminhos para a construção de um novo modelo de mundo para a revolução. E nós achamos que isso é indevido e inadequado. Nós achamos que esse tipo de interferência diz respeito à família e diz respeito à condição de hipossuficiência do jovem que está

ali para aprender e que muitas vezes é induzido, e isso é inaceitável. E é isso que o projeto se propõe: a proteger o direito do jovem, o direito do estudante e o direito da família. Não importa o que digam no sentido contrário, esse é o nosso propósito, esse é o projeto. Ele não tem punição, o projeto cria apenas vacinas para que os pais, a partir da auto-organização dos próprios pais em conselhos de pais e de outras formas ou que diretamente possam se dirigir à direção da escola para consignar, para registrar a inconformidade com alguma coisa que eles consideram indevida ou inadequada na formação do jovem. Mais do que isso, ele coloca um cartaz no ambiente escolar, na sala de aula, assim como nós, quando entramos numa loja, hoje temos o Código de Direito do Consumidor, esse cartaz vai estar dizendo que o espaço da escola é um espaço de livre pensamento e que não é correto que um professor, na condição de professor, faça das suas preferências pessoais um espaço de proselitismo, um espaço de militância. E é isso que, volto a dizer, muitas vezes vem acontecendo. Um grupo político, e eu sei que aqui vão ter pessoas a favor e contra, obviamente que eu fui o autor, então eu tenho um lado nessa questão, mas isso faz parte do processo legislativo, um grupo político identificou a educação como um foco da sua ação e da sua atuação naquilo que ensinava Lenin lá atrás, na conquista de corações e mentes. E digo de novo que isso está errado, isso não é certo. Nós queremos, então, a imparcialidade dentro do ambiente escolar, que os professores se dediquem a tratar dos temas para o ensino, respeitando também, como eu disse antes, a prerrogativa da família na educação. Então nós queremos preservar as famílias, nós lutamos pelo valor das famílias, nós lutamos pela preservação de uma série de valores, e nesse contexto nós sabemos que preservar a imparcialidade do ambiente escolar é fundamental. E se coloca um cartaz, como eu dizia, igual a uma legislação que está acessível para que se avise ali os pais dessa possibilidade e se cria um ambiente escolar mais saudável. Esse é o objetivo do projeto de lei, e eu espero que ele seja novamente apreciado e que seja aprovado em homenagem e em favor dos nossos jovens e da educação brasileira. Muito obrigado, Presidente.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra, proponente desta audiência.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Boa noite a todos, eu acho que o Valter foi muito feliz na colocação dele, eu quero aqui agradecer a todos que estão participando da audiência pública de um lado ou de outro, a gente precisa debater mesmo. Quero dizer para vocês que eu sou contra qualquer doutrinação na escola, seja de esquerda, de direita, de centro, e o que hoje pode parecer, para um determinado lado político, um projeto negativo, porque chamam de mordação, na verdade, eu peço empaticamente que se coloquem do outro lado e percebam que o que a gente está pedindo não é que os professores não tenham opinião política, mas sim que a sala de aula não é o espaço para que os professores manifestem a sua opinião política – dentro da sala de aula. Toda pessoa é um ser político, nós temos plena consciência disso, a gente tem opiniões, e essas opiniões, muitas vezes, são divergentes em espaços onde a gente convive com muitas pessoas, como é o ambiente de uma escola, mas justamente pelo fato de que nós, sim, precisamos ser plurais e democráticos, nós não podemos transformar a sala de aula num comitê e nem permitir militância político-partidária dentro de sala de aula. É pura e simplesmente isso que o projeto prega e que nós estamos trabalhando para ter. Não é mordação, muito pelo contrário, é respeito à pluralidade que existe dentro da sala de aula, é respeito à democracia que nós, de fato, queremos e preservamos, é o fato de que independentemente da posição política que o professor venha a ter, se centro, se esquerda, se direita, se extrema-esquerda, enfim, que ele não pode manifestar sua opinião dentro da sala de aula, não pode ir com botom de campanha, não pode fazer discurso político-eleitoral na véspera da eleição, não pode dizer para os alunos que determinado candidato é melhor que outro determinado candidato, não é o espaço, não deve ser feito, enfim. Estamos aqui para debater o projeto. Eu fico muito feliz de poder fazer este ato de trazer esse projeto de volta. Eu fiz parte do Escola sem Doutrinação ou Escola sem Partido durante mais de dez anos, junto com o Valter, junto com outras pessoas que

estão aqui neste momento, eu já vi os nomes ali, e eu gostaria de colocar o seguinte para vocês: nós só vamos conseguir ter uma sociedade, de fato, saudável e em que se respeitem, todos, as opiniões individuais de cada um, se nós tivermos preservado o espaço da educação e da escola como um espaço sagrado, onde não é possível que determinado lado queira criar uma hegemonia de pensamento sobre os alunos que ali estão. Nós recebemos muitas denúncias e muitas reclamações na Câmara de Vereadores, no gabinete, de pais que não sabem o que fazer, porque eles se sentem muito incomodados. Muitas vezes, esses pais trazem os filhos junto na reunião, e as crianças se manifestam dessa forma. Nós queremos sim é que a escola sirva exatamente para aquilo que ela foi criada, para ensinar as crianças, e a questão política é saudável quando se fala da importância da participação nas eleições, é saudável quando se explica como funciona a política, o que um vereador faz, o que um deputado faz, o que um senador faz, o que cabe à Presidência da República, como funcionam as leis, como funcionam os vetos, isso a escola tem que fazer. Não pode é indicar voto, é pregar em nome de um, em nome de outro, não pode nem dizer que o Bolsonaro é genocida ou que o Lula é larápio. Simplesmente não pode, isso aí é uma questão de respeito à individualidade de cada família.

Eu deixo aqui o debate aberto, a palavra para as outras pessoas que quiserem se manifestar. Sei que nós vamos levar esse projeto para votação na Câmara de Vereadores, e lá muitos outros vereadores vão poder se manifestar a respeito, que não tiveram condição de estar aqui hoje conosco, mas eu vejo que é salutar e muito importante para uma democracia saudável que nós tenhamos o respeito ao espaço sagrado da escola. Obrigada, Valter Nagelstein, por me permitir reiterar esse projeto, trazer ele de volta, apresentar ele e fazer jus ao trabalho maravilhoso que tu fizeste enquanto vereador desta cidade. Obrigada a todos.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Obrigada, Ver.^a Fernanda Barth. Passo para o Dr. Luiz Afonso.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Estão inscritos, até agora, a Sra. Cláudia Frutuoso, o Sr. Rinaldo Penteado, a Sra. Marcia Sigal no grupo que apoia o projeto; no grupo que contradita o projeto está a Sra. Rosele Bruno, o Sr. Assis Olegário e a Sra. Cindi Sandri. Os vereadores que estão inscritos são: Ver. Jessé Sangalli, Ver. Tiago Albrecht e Ver.^a Comandante Nádia.

Nós vamos iniciar ouvindo a Sra. Claudia Frutuoso, que tem até cinco minutos para fazer a sua intervenção.

SRA. CLAUDIA FRUTUOSO: Boa noite a todos, vereadores, diretor, Presidente da Câmara, é uma satisfação bastante grande poder ter a oportunidade de participar desta audiência pública em função até de que eu tenho um histórico de ter sofrido, literalmente, na pele, o problema da doutrinação dentro de sala de aula, que é, sim, uma realidade. Nós, através desse projeto, acredito que possamos ter a oportunidade, Ver.^a Fernanda, de trazer a luz para muitas famílias que não têm o conhecimento do que realmente acontece dentro das salas de aula com os nossos filhos, com as nossas crianças, que, infelizmente, encontram nos professores, nos seus mestres, as pessoas onde eles se espelham, onde colocam todas suas esperanças, e esses professores estão, muitos deles, travestidos, dentro de sala de aula, por personagens que pregam a sua ideologia política ao invés de dar a sua aula, o seu conteúdo e passar o ensinamento devido para as crianças, haja vista que o nosso ensino hoje está muito aquém do que gostaríamos que estivesse em qualidade de ensino. Eu tenho vários e vários depoimentos que não tem como citar aqui, agora, modelos inclusive de provas, cartazes, camisetas, professores com camisetas, *botons* e bandeiras dentro de sala de aula. Eu tive um problema familiar dentro da maior escola e a mais tradicional escola de Porto Alegre, uma escola particular. Então, eu gostaria que os senhores levassem em consideração que os professores das escolas particulares hoje, na sua grande maioria, são os professores que vêm da escola estadual ou municipal. Então esse é um problema real que a gente precisa sim debater, assim como eu acho que o Dr. Valter falou e a Ver.^a

Fernanda, eu como mãe, eu não quero que seja doutrinado para um lado e para outro, mas eu quero que seja dada a oportunidade para que as crianças saibam que existem várias linhas de pensamento. E hoje não acontece isso, acontece somente a ideologia para um lado e, dentro de sala de aula, não é o lugar de ter ideologia. O professor deve se conter a ensinar, a passar o conteúdo e não dar a sua opinião política dentro da sala de aula. Também não deve chamar os alunos no privado, pelas redes sociais, para tentar fazer a cabeça dos nossos pequenos para a sua opinião política; isso é outra coisa que precisamos pensar também, em como fazer esse combate. Um pedido que eu gostaria, Fernanda, é que a gente pudesse, cada vez mais, trazer à luz, para que pudéssemos voltar, os pais, a participarem da vida escolar. Isso é importantíssimo. Eu sei que os pais hoje, nós temos várias situações, todos trabalham, têm que buscar o pão de cada dia, mas, se os pais se conscientizassem da importância de olhar o material escolar que é fornecido pelas escolas, pelos professores, participarem dentro da escola nos momentos em que é possível... Porque hoje tem escolas que não é permitida a entrada dos pais dentro das escolas. Da onde isso? Eu não sei se os senhores sabem, mas nós temos colégios em Porto Alegre que os pais não podem adentrar o portão. Lá tem que largar o filho na porta da escola e não pode participar, não pode entrar no corredor da escola. Eu gostaria de saber de algum advogado aqui, que eu sei que, daqui a pouco mais, acho que entra algum advogado, inclusive o Dr. Valter pode depois tirar essa dúvida, para saber se realmente isso é uma lei ou se é conduzida essa situação pelas diretoras e professoras, porque o que tem de escondido dentro de uma escola que um pai não pode saber? O que acontece nos corredores e nas salas de aula que os pais não podem ter conhecimento? É, no mínimo, estranho. Então, eu sou a favor, sim, do projeto. Gostaria muito que esse projeto fosse para frente, que fosse votado pela população e que todos tivessem mais consciência sobre a necessidade, de que os professores tivessem a sua consciência política da porta da escola para fora; dentro da sala de aula, é ensinar os alunos. Muito obrigada.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Sra. Cláudia.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Dr. Luiz Afonso, só para título de orientação: são cinco minutos para cada, para o pessoal se atentar ao tempo.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O presidente vai avisar quando tiver cumprido o prazo. A Sra. Rosele Bruno de Souza está com a palavra.

SRA. ROSELE BRUNO DE SOUZA: Boa noite a todos, eu me chamo Rosele Bruno de Souza, sou uma das diretoras da ATEMPA e estou em cronograma de aposentadoria pelo município de Porto Alegre, porque já prestei meu serviço 29 anos como professora e diretora de escola municipal. Primeiro, eu queria lamentar pelo momento de extrema gravidade que nós estamos passando, piorado agora com toda essa questão do frio que a gente vem passando, a gente tem uma população toda aí na rua precisando desse olhar dos vereadores, e a gente está aqui discutindo um projeto que é ilegal. Quero também registrar que me preocupa o desconhecimento tanto da questão jurídica por parte dos vereadores de colocar um projeto desses em discussão sabendo que é ilegal, e também pelo desconhecimento, aí falo da realidade municipal, mas posso falar também das outras, do que acontece de fato em escola. Porque em vez de estarem preocupados em fazer alguma coisa para ter professor em sala de aula, para que não houvesse desvios de verbas do Município, não, estão tentando fazer algo que é de competência da União, porque cabe à União legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional, e aos estados e municípios já existe a legislação complementar, mas que não pode ir contra a legislação nacional. Então isso é muito grave. Também ouvindo essa mãe, assim, o total desconhecimento, porque existem conselhos escolares onde os pais têm participação, têm voz. Agora, a escola não é lugar de bagunça. Existem, sim, regras. Precisa ter horário para entrar na escola. Hoje, a gente tem um quarto,

no mínimo, de crianças do espectro autista em escola, pessoas circulando em horários que são horários de aula, isso atrapalha, isso traz esse desconforto para as crianças. Então, simplesmente é surreal a gente estar discutindo um projeto desse tipo, que ataca diretamente e demonstra um desconhecimento do que acontece em sala de aula. Existe lei para punir professor que faz proselitismo, que faz campanha política. No âmbito da Secretaria Municipal de Educação existe a Ouvidoria; se a Ouvidoria não der conta, existem outros meios. Mas, não, a ideia aqui é perseguir, é criar uma narrativa de que professor doutrina aluno. E aí vai se vai se criando essa falácia e dizendo que a gente está ali para ensinar. Mas é o que a gente faz, a gente está ali para ensinar, e para ensinar significa ter... Bom, chegou ao ponto de pais acharem que não se podia trabalhar questões de livro. A gente vai então, agora, queimar livros? Vamos voltar à era de queimar livro em fogueiras? Porque é o que está acontecendo. Tem gente aqui que se acha no direito de perseguir autores, de dizer que livros que estão ali, que foram avaliados, que passam por todo um critério, não podem ser usados. Então, eu me pergunto onde está e se é para isso que Porto Alegre paga os vereadores? Se é para tratar de assunto que é ilegal. Vereadores inclusive que agora estão encaminhando um aumento, mas que não se preocupam com as outras questões da cidade. Então, dizer que precisa ter algo que já existe, não sei... É lamentável, deixo aqui registrado que os municipais, a associação dos trabalhadores é totalmente contra este projeto, que vai abrir aí uma porta para a perseguição, fazendo com que haja violência, porque a gente sabe que existem pessoas que estão na contramão da democracia, que estão só buscando um pretexto para agirem de forma totalmente inadequada e ilegal, certo? Então eu espero que os vereadores entendam que isso não faz parte da discussão porque é totalmente ilegal. Obrigada.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigada, Sra. Rosele. O próximo inscrito é o Sr. Rinaldo Penteadado.

SR. RINALDO PENTEADO: Boa noite a todos. Na pessoa do Ver. Hamilton Sossmeier, que preside esta audiência, cumprimentar todos os vereadores. Nominá-los aqui: Ver.^a Fernanda Barth, que desarquivou a proposição do vereador ex-presidente desta Casa, Valter Nagelstein; presente também a Ver.^a Comandante Nádia, o Ver. Tiago Albrecht e o Ver. Jessé Sangalli. A gente tem cinco minutos para falar então vou ser bastante objetivo. O tema é muito denso, é um tema profundo, não é um tema simples, então, a gente precisa primeiro reconhecer o mérito de trazer esse tema ao debate. O meu nome é Rinaldo Penteado, sou pai, sou advogado, pai e duas crianças, e esse projeto tem o grande mérito de trazer esse tema para debate. E, se esse tema chega até a Casa do Povo, se esse tema chega até o Legislativo, ele vem por um anseio da sociedade. Então eu gostaria de registrar, no primeiro momento, a primeira observação é essa: reconhecer o mérito de trazer esse tema a debate. Se esse tema chega ao Legislativo é porque, de alguma maneira, a sociedade está sendo impactada por ele, e os vereadores trouxeram isso para debate. Com relação ao que foi apontado pelas pessoas que me antecederam, foi apontado que se trataria de uma ilegalidade. Pelo que eu compreendi pela exposição do proponente, do Ver. Valter Nagelstein, trata-se de uma legislação de direito administrativo, é uma legislação que não atinge as diretrizes nem as bases da educação, que seriam competência privativa da União. Então não está se tratando de alteração de base de base curricular, isso sim que é privativo da União; não está se tratando de organização da escola, de composição da sua direção, de composição dos seus órgãos internos nem do que é tratado. Está se tratando aqui é uma recomendação. O vereador também observou que não é uma punição, e que, se houver uma violação nessa recomendação – possivelmente pode se converter em lei –, vão ser acionados os órgãos administrativos competentes. Até como a Rosele referiu, existem as ouvidorias, existem os órgãos, mas existe também a necessidade de ter o respaldo legislativo para apontar um equívoco ou uma violação tão pontual. Segundo ponto que eu gostaria de abordar é que não se trata de uma narrativa, como se referiu há pouco. Talvez há alguns anos as pessoas até imaginassem que havia

uma teoria da conspiração, um grande enredo montado para sustentar a tese de que estava havendo doutrinação na sala de aula. Mas hoje eu acho que esse tema está completamente superado; nós vemos que isso é uma realidade. Tanto isso é uma realidade, não só pelos inúmeros exemplos que a gente tem recebido: vídeos, relatos, mensagens, áudios, notícias na mídia, tratando de casos pontuais onde há uma distorção dos fatos inclinada a uma determinada corrente política – isso é muito claro –, que isso foi confessado, vereadores. Isso foi confessado na última Conferência Nacional de Educação, a Conae extraordinária, onde é só fazer uma breve busca, não só nas redes, porque nas redes vão ter aqueles vídeos sim, onde é dito com agressividade, com uma ideologia impregnada, com um ódio que é característico daqueles que dizem defender a pluralidade de pensamentos, a diversidade de opiniões e a diversidade cultural, mas só fazem isso quando estão de acordo com as suas convicções. Qualquer milímetro de divergência é logo taxado como narrativa, como notícia falsa ou como discurso de ódio. Então, a gente tem que ter cuidado. Não vou nem falar desses vídeos em profusão que estão nas redes, dando conta de: “Vamos doutrinar, sim. Seus filhos estarão conosco na sala de aula. Vai ter linguagem neutra, sim” e tantos outros absurdos que foram ditos nessa Conae e que foram registrados de inúmeras maneiras. Eu vou falar do documento base da Conae, que é um documento oficial do Ministério da Educação. Ele fala em combater o que se chama de ultraconservadorismo, em combater setores produtivos específicos como o setor do agro, combater o empresariado que gera emprego e renda, combater escola cívico-militar. Eu fico muito triste quando as entidades que dizem estar envolvidas na defesa da educação e na qualidade do ensino fecham os olhos para os índices pífios de rendimento e aprendizagem que nós temos e negam um projeto como, por exemplo, da escola cívico-militar, que é exitoso, que é aceito por mais de 80% das pessoas que dele participam, que têm índices de aproveitamento fantásticos. São irrefutáveis, contra os fatos não se pode apresentar argumentos. Então, não há narrativa, o que há aqui é uma realidade, há um anseio da sociedade pela discussão desse tema. Antes do direito de cátedra, é importante dizer, vem o direito de aprender. As nossas

crianças têm o direito de aprender: as nossas crianças e adolescentes, e todo mundo que estiver recebendo aula. O aluno, o ser aprendiz, precisa ter o seu direito de aprender respeitado. Esse direito de aprender deve vir embasado na ciência, embasado na verdade e na realidade. Então, o projeto pode precisar de aperfeiçoamentos? Até acredito que possa precisar. O projeto é polêmico? É polêmico. Isso evidencia a necessidade desse debate. Isso vai acontecer na casa onde deve acontecer: na Casa do Povo, onde os nossos representantes, no Legislativo, vão tratar desse tema. Espero que haja uma evolução e que se registre, sim, se defenda, sim, o direito de aprender e a verdadeira pluralidade de ideias na educação, e não a mera proteção num discurso único travestido de defesa da educação. Obrigado a todos, uma boa noite.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Sr. Rinaldo. A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Primeiramente, quero cumprimentar o presidente desta audiência pública, o colega Ver. Hamilton Sossmeier; a Ver.^a Fernanda Barth, que teve a coragem nesse momento de colocar em debate essa pauta tão importante; e falou muito bem o Rinaldo, que me antecedeu. Se é uma pauta que chegou na Câmara de Vereadores, por certo, é uma pauta que tem interesse por parte de pais, de estudantes e até mesmo de muitos professores. Quero cumprimentar meus colegas vereadores, em especial Valter Nagelstein, que foi o proponente desse projeto que eu tive o prazer de votar, sim. Bom, eu acho que a coisa é muito tranquila, é muito básica. Primeiramente, nós temos que dizer que as escolas não devem funcionar, de forma alguma, como um centro de doutrinação. A escola tem como dever formar, ideologicamente, os alunos de uma forma neutra e voltado ao aprendizado, isso é básico. Se não existe doutrinação ideológica nas escolas, eu não entendo porque tem alguns professores que se preocupam com esse tipo de projeto, uma vez que, não tendo a doutrinação, não há problema nenhum em nós chovermos no molhado, porque nada vai acontecer se a doutrinação não existe, ou seja,

não há por que temer um projeto tão banal, tão simplista como esse. Mas a verdade que nós vemos é que muitos pais, muitos alunos chegam reclamando da forma como alguns – e aqui eu deixo muito claro que a maioria dos professores não assim o fazem, não usam o poder de cátedra para fazer doutrinação em sala de aula, mas alguns professores, sim –, nos procuram alunos e pais preocupados exatamente com a fala de alguns professores que são muito parciais, que não são, de alguma forma, equilibrados. Nós só buscamos com esse projeto de lei uma coisa muito básica, o estudante, o nosso interesse é que o estudante, muitas vezes, tem sido prejudicado por ser obrigado a permanecer na sala de aula enquanto, do outro lado, o professor se beneficia dessa condição, e essa condição de cátedra é que faz com que esse aluno fique ali obrigado a escutar aquilo que ele não concorda. A partir do momento em que o professor se aproveita da circunstância e não para falar de uma forma parcial, equilibrada, ele promove as suas próprias preferências, ele está violando, muito claramente, o direito de liberdade do aluno; a liberdade de consciência, a liberdade de crença. E isso é que nos preocupa. Eu fui professora antes de ser brigadiana e antes de ser vereadora por certo e eu não dizia em sala de aula sequer o time pelo qual eu torcia, para que os alunos não tivessem a tendência de querer ficar igual a professora, ou não.

Nós não queremos a violação da liberdade dos alunos. Nós queremos neutralidade política e ideológica do estado. É isso, é tão simples... (Problemas na conexão.) A fala do professor não pode ter nenhuma conotação, nem para um lado, nem para o outro. As escolas devem, sim, e aqui me preocupou o que a professora falou, acho que foi a Rosele, que tem pessoas que estão querendo escolher livros. Sim, assim como há uma classificação de filmes de cinema, também deve haver uma classificação dos livros, e para quem esses livros vão ser entregues. Nós temos alunos de variadas faixas etárias, e é com isso que nós estamos nos preocupando aqui. Vou voltar a dizer: se não existe a doutrinação em sala de aula por parte de alguns professores, por que esses mesmos professores estão tão preocupados com um projeto que fala mais do mesmo? Não queremos que o aluno não tenha sua liberdade. Quando o

professor ensina, ele tem que falar sobre todos os lados, todos os pontos, o aluno é que vai ter, depois, que formar a sua opinião junto com a sua família, junto com o seu entendimento, agora, não pode professores abusarem do seu dito poder de cátedra para fazer o que tem acontecido com os alunos. Não é verdade que os pais não estão reclamando, há muitos pais preocupados e muitos alunos também. Então, é um projeto simples e que nós queremos debater, e mais do que isso, aprovar. Obrigada.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Sr. Assis Olegário está com a palavra.

SR. ASSIS BRASIL OLEGÁRIO FILHO: Primeiro, boa noite a todas e todos. Olha, pessoal, Porto Alegre passou, está passando, pela maior crise climática da sua história. Os vereadores, em vez de cumprir seu papel de fiscalização sobre o que o governo, até agora, dois meses depois, qual é o projeto de recuperação das 14 escolas alagadas totalmente, com crianças e alunos sem a aula, que não sabem para onde vão. Dois meses! Esse é o papel do vereador, saber por que várias escolas que não sofreram alagamento têm problema na rede elétrica, na caixa d'água, nos banheiros, nos ventiladores. Por que, durante anos, esse Executivo não investiu o que deveria ter investido, inclusive ficou abaixo da questão não só da Lei Orgânica, como da Constituição Federal, não gastou os 25%? E aí chamou aquela Sônia, que trouxe uma quadrilha lá, porque é a república de Canoas, que foi presa, porque esse mesmo método já existia em Canoas, foi revelado agora, é uma vergonha, uma polícia civil... E aí, o que os vereadores fazem? Fazem um relatório brando, passando a mão no governo, em vez de denunciar. Isso aí, vai aparecer muita coisa. Isso é o que os vereadores deveriam estar fiscalizando e não passando a mão em cima da crise que vive hoje a educação. A SMED chamou 1.400 professores, por que só 1.093 assumiram? Porque o salário é baixo, porque tem uma achatamento salarial, porque o plano de carreira foi destruído por esta Câmara de Vereadores. Então, hoje tem uma rotatividade. Há municípios aqui perto, muito mais pobres que

Porto Alegre, mas eles preferem ir para lá, para Alvorada, para Viamão, para Cachoeirinha, podem receber menos no início, mas tem uma progressão e um respeito que não tem em Porto Alegre. Vocês desconhecem, muitas vezes são os alunos que trazem o problema, que não conseguem discutir em sala de aula. O professor, hoje, além de educador ele é assistente social, ele é psicólogo, muitas vezes segurança. As nossas escolas municipais da nossa rede estão nas nos locais mais periféricos...

(Problemas técnicos no som.)

SR. ASSIS BRASIL OLEGÁRIO FILHO: Então, desculpe. (Problemas técnicos no som.) Eu acho que vocês gostam de apanhar do Xandão, porque ele vai vetar. Eu acho que vocês têm uma relação masoquista com o Xandão. Isso, vamos discutir a Câmara de Vereadores, vamos discutir com o povo; aí vamos acabar com o subsídio combustível, vamos ganhar o vale-transporte, como qualquer trabalhador, tirar os dois celulares, vamos usar o celular de vocês, rebaixar o salário, de quase R\$ 20 mil para R\$ 5 mil. Querem fazer uma adição, vamos fazer. Vocês tinham que estar se preocupando com a situação da rede municipal hoje, que está em frangalhos, no por que as pessoas se exoneram, vão embora! É isso, em vez de estar se preocupando bobagem, estão querendo reproduzir o tempo da caça às bruxas, o Macarthismo; o McCarthy foi embora; o Charles Chaplin continua. É o que vai acontecer com vocês, preocuparem-se com bobagem. É isto que eu acho que vocês deviam refletir, mas a gente sabe que isso é só para fazer uma disputa eleitoral, para tentar ganhar voto, porque isso é inconstitucional, já foi definido, a Escola Sem Partido é inconstitucional, já foi definido pelo Supremo. Aí vocês querem caçar... Engraçado né, aí ficam chorando nas redes, que aquele bando de vagabundo, vadio, chinelão que quebrou Brasília, aí são uns coitadinhos; agora, professor, vocês querem oprimir. É isso que está; vamos parar com esse papo que vocês são neutros. Vocês têm uma ideologia que vocês... E, assim, para concluir, eu fiz uma votação em 2018, por pedido dos alunos, e não interferi. Os guris votaram no Bolsonaro, as gurias

votaram no Lula. Claro, como as gurias são maioria e mais inteligentes, deu Lula na sala de votos, na sala. Eles mesmos pediram para fazer um simulado de votação. E outra coisa, no ensino médio não tem esse negócio de família, de professor, eles seguem, no ensino médio, os alunos, vocês sabem – ou esqueceram que foram adolescentes? – que é a turma que influencia, é a tribo, é a gurizada, não tem, eles não vão atrás de professor, atrás de pai e mãe ou atrás não sei de quem. Então é isso; nas escolas, vocês têm que entender que, às vezes, eles trazem o problema de abuso sexual, de violência, que não conseguem dormir, porque tem ali a biqueira, porque tem o tráfico de drogas, porque alguém ali está escondendo as armas, porque a Brigada entra lá e bate em pobre – porque não faz isso no Moinhos de Vento –, tira o celular, dá pau – quero ver fazer isso Moinhos de Vento. Quando o Anchieta fechou a rua, fez um escarcéu, aí foram conter. Ah, se isso acontece na Bom Jesus, vai ser laço. Então vamos parar com isso. Isso é uma coisa, é um projeto eleitoreiro, porque vocês sabem que ele é inconstitucional, já foi definido pelo Supremo. Não sei se passei do meu tempo.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não, Sr. Assis, não passou.

SR. ASSIS BRASIL OLEGÁRIO FILHO: É isso. Vocês têm que tentar achar uma solução para as 14 escolas alagadas. Como é que aqueles alunos vão ter agora aula? Olha o planejamento da SMED. “Ah, vai para lá, não sei onde, escola estadual, vai para cá”. Vocês têm que discutir, porque o governo estadual quer empurrar escolas, empurrar toda a educação inicial para o Município. Nós vamos arcar com isso? Isso vai pesar no orçamento. Então é com essas coisas que vocês deveriam estar preocupados, e não com o que o professor influencia; o professor não influencia coisa nenhuma, os alunos, muitas vezes... E isso que a professora Rosele disse, por que as escolas têm norma, porque às vezes o professor já é vítima de violência, muitas vezes, de uma família desestruturada, de uma mãe, porque tem um que quer mandar, que quer bater no professor. Nós

temos casos de violência em que seguraram para um aluno maior não bater em aluno menor. Nós temos casos de violência; por isso que tem muita licença. Hoje, é uma categoria adoecida pelas condições. Vocês têm que cobrar por que não foi gasto o...

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Para concluir.

SR. ASSIS BRASIL OLEGÁRIO FILHO: ...o constitucional tanto da Lei Orgânica quanto da Constituição Federal. É isso que vocês têm que fazer. Parece que a gente tem que ensinar o que vocês têm que fazer. Brincadeira, né?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Sr. Assis.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): A Sra. Marcia Sigal está com a palavra.

SRA. MARCIA SIGAL: Boa noite a todos. Que bom que a gente está aqui hoje discutindo assim. Não vou citar nome por nome; o último palestrante, inclusive, fomos colegas. Então eu acho bem adequado ter um contraponto na visão. Só me apresentando, eu sou professora, fui professora na rede particular por 25 anos, desde 2013, daí eu entrei para SMED, e nos últimos anos eu estive em escola municipal; atualmente eu estou em escola municipal em Capão da Canoa, saí de Porto Alegre e vim para cá. Eu tenho que discordar do meu colega que acabou de falar, e eu acredito que o nome do projeto é sim Escola Sem Partido, porque a escola tem tanto partido, que o próprio colega vem para as escolas distribuir *boton*, distribuir panfletos; eu não acho que é adequado os professores ganharem *cromebook* da Prefeitura e estarem adesivado no *cromebook* “fora Melo”, e entrarem numa sala de aula; para mim, isso já é uma forma de doutrinação.

Eu, inclusive, quando era assessora da SMED, eu estive numa das escolas, eu tenho vários depoimentos, porque aqui nós estamos falando de rede municipal, então eu não vou me deter à rede particular. Porque até 2012 que eu trabalhei na rede particular não existia isso, professor ia para aula para ensinar, a gente era cobrado por resultados, era isso o que importava. Então de repente eu me deparei com um mundo totalmente diferente, na rede municipal, onde eu vou só relatar dois casos. Eu estava numa formação, eu fazia formação para professores e alunos e numa dessas escolas uma professora, inclusive na época, ela estava adesivada de “fora Temer”, àquela época era o Temer, dando aula adesivada, isto é, ela está doutrinando! Não se vai à aula doutrinada, não se vai adesivada. Bom, e ela, com muito orgulho me contando que no dia seguinte os alunos do nono ano estavam indo para conversar com os alunos que estavam acampando na UFRGS. UFRGS, aquela época em que os alunos acamparam. Eu até disse para ela: ué, mas meu filho está na UFRGS e não está acampando, ele só está ocupado em estudar, ele não parou nada. Então, um ônibus, que eu saiba com verba pública, estava indo visitar os alunos acampados. Então este é o referencial. E quem me diz que a escola não tem partido, a escola tem. Eu tive colegas que tiveram que deixar suas escolas por pensamento diferente, professor com pensamento diferente não pode abrir a boca; professor que pensa diferente não pertence ao grupo. Inclusive, nos grupos, e isso é um questionamento meu, até que eu pergunto, grupo de WhatsApp é um grupo oficial da escola – grupo de recados, estou dizendo –, ou é um grupo para propaganda? Durante as eleições de 2022, as últimas, eu me retirei do grupo de professores, eu não me lembro se o colega não estava lá, porque o colega saiu para ir para o sindicato. Eu saí do grupo dos professores, porque eu não admitia que um grupo de recados sobre a questão de alunos virasse propaganda política, virasse vídeos de deboche com outros candidatos, e daí eu me retirei do grupo e pedi alguma providência. E vocês sabem qual foi a resposta que eu ouvi? “Nós resolvemos que tu só vais voltar para o grupo depois das eleições.” Esta foi a resposta que eu ouvi. Então, assim, eu vejo a rede municipal muito fora, formando alunos muito longe do que os alunos vão

poder estar num mercado competitivo. Os alunos da rede municipal saem e não conseguem acompanhar o Estado no Ensino Médio, porque, assim, é tanta ênfase... Eu acredito, eles têm todo um social comprometido que nós temos que ver, mas é tanta ênfase nesse aspecto que o ensinar, o aprender, o cobrar o aprendizado do aluno, isso ficou em segundo plano, porque a escola ao ver é uma escola social, é uma escola onde o aluno vem para passar aquele seu tempo. Eu não sei se ainda temos tempo, mas só contar que eu saí num dia de Porto Alegre, no outro eu assumi em Capão. E, como é Município, pensei que eu ia encontrar o mesmo cenário, eu digo que é cenário o que tem em Porto Alegre, e eu fiquei aqui, realmente, em choque, quando o aluno tem que fazer fila para subir, quando o aluno sabe o seu lugar, quando o aluno vem para aprender e o professor vem para ensinar. Sabe? Então, eu acho que aquela retórica da função do vereador, a função disso, esse projeto está em discussão há muito tempo e esse projeto é pelo futuro dos nossos alunos, é para que o professor volte a ensinar em sala de aula. Um outro colega, só um exemplo, eu estava dando aula numa sala e eu estava ouvindo o professor ensinando sobre o golpe de 2016. Vocês sabem qual foi o golpe de 2016? Se isso não é doutrinação, o golpe de 2016 foi o *impeachment* da Dilma. Então, olha, eu estive lá muitos e muitos anos e eu digo para vocês que não só a escola tem partido, como inclusive quem não pertence ao partido não pertence ao todo da escola.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Obrigado, eu quero registrar, antes de passar ao Luiz Afonso, a presença do Ver. Jonas Reis, que está conosco.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Muito bem, obrigado, Dr. Luiz Afonso, obrigado, Ver. Hamilton Sossmeier, que preside esta audiência pública, que é uma marca da democracia. Também quero saudar o sempre vereador

Valter Nagelstein, que é um dos proponentes, e também a Ver.^a Fernanda Barth, que é quem traz novamente à baila justamente esse projeto. Bom, quando a gente ouve, como as pessoas de esquerda que falaram até agora na reunião, quando a gente vê ou escuta a fala deles, a gente percebe exatamente a necessidade desse tipo de projeto. É um negacionismo brutal dessa gente, quando diz que não acontece, querendo ensinar vereador a ser vereador. Fácil é ensinar, vai ter voto na urna para vir ensinar vereador a ser vereador. Chega até a ser patética a fala de algumas pessoas, mas a democracia é assim mesmo, é ruidosa. Quanto ao assunto em tela, Presidente Hamilton e demais participantes, a gente vê que a doutrinação, seja política, seja ideológica, sociológica foi muito bem executada, quando a gente percebe pessoas ligadas à educação dizendo que já existem leis que passaram por especialistas, etc. e etc., tudo se resolve em Brasília. Brabo é quando tem um governo de centro-direita como tivemos, as coisas são decididas em Brasília e não se cumprem. Isso é a famosa conversa para boi dormir. E a gente vê, por exemplo, que a educação vai mal quando, de cima para baixo, é imposto Paulo Freire como patrono da educação, ele que inclusive é acusado de plágio, que teria plagiado um método de alfabetização de um missionário estrangeiro e dado um componente ideológico do marxismo que, aliás, nem os neomarxistas usam hoje porque eles, a partir de Gramsci, tiveram uma outra interpretação dessa bobagem de opressor e de oprimido e de pedagogia do oprimido. Basta ver os nossos números no Pisa, no ENEM, no Enade, em todas as avaliações que nós temos. Quer dizer, a educação brasileira vai muito mal, e aí estão os números para mostrar. Hoje mesmo, eu cruzei com uma pesquisa feita pelo Inaf, de 2018, já é um pouco antiga, mas aí você tem, por exemplo, apenas 34% dos que participaram da pesquisa do ensino superior que são proficientes, que realmente saem da faculdade... 34% apenas. Sessenta e seis por cento não sai com proficiência, sai de intermediário para baixo, os famosos analfabetos funcionais. Então é isso que essa doutrinação legou, essa partidarização da escola, essa prática nefasta de pegar o filho dos outros e jogar contra pais, jogar contra o padre, contra o pastor, contra a questão política, contra os bons costumes, contra

a moral, quer dizer, olha o desrespeito que se tem hoje com o professor, a gente vê alunos indo armados para a escola, tudo subvertido. Esse é o produto da doutrinação. A gente sabe que, infelizmente, vai persistir, isso é um câncer que está em metástase por toda a máquina pública, mas a gente sabe que esse tipo de projeto de lei do Ver. Nagelstein e também da Fernanda Barth, que representa ele, tenta ser um pouco de radiologia, de quimioterapia para tentar matar esse câncer. E a gente vê que, quando a esquerda esperneia, efetivamente, isso fica comprovado. Ter um patrono que é acusado de plágio, que pegou uma doutrina política e botou um verniz e chama de pedagogia do oprimido, e esperar que a gente vá ser competitivo, as pesquisas mostram, o Brasil está um quarto atrás. Quer dizer, enquanto a competitividade em países que não usam Paulo Freire, aliás, e que estão bem desenvolvidos, estão em 100 %, nós estamos em 25%. Por fim, foi falado ali sobre por que os vereadores não correm atrás das escolas. É preciso se informar melhor, os vereadores da Câmara estão correndo atrás, e quem não está mandando dinheiro é justamente um presidente que foi descondenado pela justiça, pelos amigos, para poder concorrer, que não manda dinheiro, essa que é a grande verdade. O governo do amor, da pátria educadora, dos todos e todas e todes, não está mandando dinheiro para as escolas. É preciso que a verdade, nada resiste à verdade, a verdade precisa ser dita. Para concluir, Presidente, a verdade precisa ser dita: o dinheiro não vem, não vem dinheiro nosso que foi, de imposto, para lá e não volta para cá. Então só para botar os pingos nos is, parabéns pelo projeto, contem com meu voto “sim. Escola sem direita, sem esquerda, sem partido; escola é lugar de estudar e de aprender. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, vereador. A próxima inscrita é a Sra. Cindi Sandri – nós estamos entremeando; vamos colocar uma da comunidade, depois o senhor pode falar. (Pausa.) Enquanto a Sra. Cindi se reconecta, pelo que eu vejo caiu, vamos passar para o Sr. Volnei Picolotto.

SR. VOLNEI PICOLOTTO: Boa noite, primeiro quero agradecer o espaço e reforçar que infelizmente poderíamos estar discutindo os problemas reais da educação em Porto Alegre, que vive uma crise enorme hoje. Eu estava numa audiência pública na Assembleia Legislativa, onde foi apresentado um relatório sobre a situação do ensino infantil no nosso Estado, e a nossa cidade, a capital de todos os gaúchos e gaúchas, a cidade que teve uma queda populacional de cerca de 5% na última década, não consegue atender todas as crianças no ensino infantil; cerca de 34 mil crianças de zero a cinco anos estão fora da escola em Porto Alegre. É disso que deveríamos estar cuidando! Por que a Câmara de Vereadores não se preocupa em cobrar mais do prefeito de Porto Alegre, dessas últimas gestões, sobre o déficit educacional do ensino infantil na cidade? E agora, com essa catástrofe climática, os problemas se agravam, desde a pandemia os problemas da desigualdade educacional na nossa cidade se agravam. Eu sou pai de duas meninas, uma de sete 7 e uma de 11 anos, e tenho certeza de que esse projeto é totalmente inconstitucional, assim como outros projetos – um de Alagoas e de outros municípios – já foram derrubados no STF, e esse projeto, se for aprovado, será derrubado também, porque ele fere a Constituição, fere a liberdade de ensinar, de aprender o pluralismo de ideias, ele está em desacordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, com o Plano Nacional de Educação e, de forma surpreendente, em ano eleitoral, uma vereadora de extrema direita, para mobilizar a sua base social, ela desarquiva esse projeto de um vereador que já foi condenado inclusive por racismo. Então é uma vergonha a Câmara de Porto Alegre estar desarquivando esse projeto. Vamos debater os reais problemas da educação de Porto Alegre, vamos debater por que a Prefeitura é incapaz de atender o déficit do ensino infantil, vamos debater os reais problemas! Chega de demagogia da extrema direita bolsonarista, vocês deveriam ter vergonha de citar, de ofender a memória de Paulo Freire. Esse último vereador que acabou de falar, traz inverdades sobre Paulo Freire, deveria ter vergonha de falar inverdade. Agradeço a participação e tenho certeza de que este projeto é inconstitucional e, se aprovado, será

derrubado no STF. Agradeço a participação aqui, eu sou diretor da Associação Mães e Pais pela Democracia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Sr. Volnei. Agora nós temos a Sra. Fabiana Bauer, depois o Ver. Jessé Sangalli e depois o Ver. Jonas Reis. (Pausa.) Desculpe, é a Sra. Cindi Sandri antes.

SRA. CINDI REGINA SANDRI: Muito obrigada, eu caí, aqui, do computador, tentei entrar pelo celular, mas acho que, voltei, estabilizou aqui. Boa noite a todos e todas, saudando o Ver. Hamilton Sossmeier, que está aqui presidindo esta audiência pública, saúdo todos e todas que estão aqui acompanhando esse debate e os que estão ouvindo também, de fora, só nos ouvindo; eu digo que quem está nos ouvindo, que tenha paciência com algumas colocações que foram apontadas aqui. De fato, sim, elas são inverdades, como alguns já disseram, elas são inverdades, quando distorcem a realidade. A gente está fazendo um debate aqui sobre se o professor faz doutrinação, não faz doutrinação dentro da escola, mas a gente está ouvindo aqui a manifestação de vários que me sucederam, principalmente o vereador que me sucedeu aqui, de que é *fake news*, sim, o que ele fala, e a gente tem que encarar essa realidade. Como é que a gente está lidando com o cotidiano da nossa vida, com o cotidiano da vida escolar? E como é que isso se distorce num discurso que gera esse tipo de debate, onde outros debatedores já trouxeram aqui? Nós estamos vivendo uma situação que ainda não é pós-enchente em Porto Alegre. Nós estamos vivendo uma situação de uma catástrofe ambiental que tem nome, endereço, que tem responsáveis sim, e que um deles, vereador que me sucedeu, é o agronegócio sim. Não sou eu que digo, são os profissionais da área que fazem uma análise mais do que óbvia, evidente, de por que nós estamos vivendo essa crise climática que não é aqui no Brasil, não é só no Rio Grande do Sul, é no mundo inteiro. Querem continuar negando isso? Olha, sinto muito, eu tenho certeza que hoje aqui nenhum de vocês que defende esse projeto vai sair daqui convencido que está equivocado, mas que, pelo menos sirva este espaço para a gente poder

fazer essa manifestação, e que outros estejam nos ouvindo. É bastante importante isto: que seja possível fazer o contraponto entre os que defendem, os que são contra esse projeto, a partir da visão de mundo que cada um tem. É legítima a visão de mundo dos que defendem esse projeto? É Ela é justa? Claro que não é, porque ela distorce a realidade. Quando a gente está falando aqui sobre fazer campanha dentro da sala de aula, a legislação já resolveu, como já alguns colegas aqui disseram, já resolveu faz tempo. A lei eleitoral define o que é possível, o que não é possível ser feito dentro de um espaço público, e não só dentro da escola, é dentro de qualquer espaço público, dentro de qualquer espaço de serviço público. Não pode andar com isso, não pode andar com aquilo, não pode falar desse candidato, não pode falar daquele outro, e serve para os dois lados, serve para quem faz a oposição e serve para quem é da situação, do ponto de vista da política. E sinto muito dizer para vocês, gente, não fui eu que inventei, a política é a vida, o partido do qual um ou outro, um de vocês, outro de vocês decidiu fazer parte, aí é opção de vocês que querem ou não querem, agora, fazer política é fazer a vida. E sinto muito dizer para vocês, qualquer academia vai dizer isso, tanto os que foram já citados aqui, muitos fazedores da educação em nível mundial, que deixaram marcas importantes, inegáveis, inquestionáveis sobre tudo que se refere à construção do pensamento humano e à construção do conhecimento a partir do desenvolvimento do pensamento humano, e que nós, professoras e professores... Olha, eu esqueci de me apresentar, o meu nome é Cindi, eu sou diretora-geral do Simpa, sou professora da rede municipal de ensino e acompanhei o desenvolvimento da Escola Cidadã na nossa rede municipal de ensino. E digo para vocês que não é à toa que a Escola Villa Lobos construiu uma orquestra a partir de um grupinho de flauta doce, pela professora de música, e hoje é patrimônio imaterial de Porto Alegre e se apresenta em nível mundial. Porque ali se construiu conhecimento – conhecimento da realidade, conhecimento de si, conhecimento dos outros, conhecimento da coletividade e da sua identidade nessa coletividade. Nós só somos seres humanos quando nós vivemos na coletividade. E quando vivemos na coletividade e compreendemos como ela funciona, a gente tem capacidade

de fazer a crítica e a autocrítica sobre se essa realidade nos serve ou não nos serve, ou se ela deve ser transformada ou não deve ser transformada. E aí é a decisão de cada um. Nenhum professor, por mais que queira ser doutrinador, abre a cabeça, o cérebro do aluno e coloca dentro da cabeça dele o pensamento que o aluno não quer. Não se iludam com isso. Então, a lei eleitoral já diz o que pode e o que não pode. Não precisa o vereador, aliás o ex-vereador Nagelstein, vir aqui dizer o que se faz e o que não se faz, que a Fernanda Barth, ou que a Comandante Nádia venha aqui dizer que o mundo é mais bonito porque vocês existem, porque não é verdade. Infelizmente – infelizmente! – nós ainda temos que viver com esse tipo de contraditório. Faz parte da democracia? Com certeza faz! Nós defendemos? Defendemos, com certeza! Nós, que somos contra projetos dessa natureza, queremos, sim, a pluralidade de ideias, mas debatida; não é enfiada goela abaixo, muito menos cerceada. Nós queremos que a escola não seja um centro de doutrinação; nós queremos, sim, a ideologia neutra, construída por cada um e por cada uma, dentro da escola, construindo o seu conhecimento e tendo capacidade, possibilidade, direito de ter acesso ao conhecimento já construído. Essa é a defesa da Escola Cidadã, que nós vamos continuar fazendo por todos os lados. E a escola municipal, hoje, só está como está, desastrosa como está nos seus índices, nas suas condições físicas e materiais, porque foi desmontada pelos governos que vieram desde alguns anos e continua nesse. E é isso que a gente faz a denúncia aqui. O problema não é a doutrinação; o problema é a falta de investimento na educação para que aconteça a construção da cidadania que cada um e cada uma que tem direito nesta cidade. Então eu quero deixar aqui esse recado, não vamos ficar fazendo debate, a gente já sabe qual é o voto de cada um e de cada uma das vereadoras que estão aqui, a gente sabe disso. Mas nós não vamos parar de lutar, vocês podem ter certeza disso, que o governo Melo vai continuar tendo que responder a tudo que ele faz e desfaz. Infelizmente, na rede municipal de ensino aqui na cidade de Porto Alegre, vai, e ele é responsável por isso sim. A gente só quer deixar esse recado aqui: somos parceiros para o debate, com certeza gostamos

do debate, mas a gente gosta também de dizer: *fake news* não, *fake news* não, porque a gente já aprendeu a discernir a verdade da mentira. Muito obrigada.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Sra. Cindi. O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (CIDADANIA): Bom, escutando alguns professores aqui que deram seu testemunho, agora começam achar que esse projeto além de necessário, ele é urgente. Porque, vendo o nível de doutrinação que eles pregaram aqui numa audiência pública, eu fico imaginando o que eles não fazem numa sala de aula com crianças que não têm como contrapor a doutrinação colocada porque não têm informação suficiente para discernir o que é mera informação para formação, ou o que é doutrinação para transformá-las em militantes. A última palestrante, professora, falou em *fake news*, e alguns falaram que é inconstitucional, e é mentira. Se professores, em uma audiência pública, mentem, eu fico com pena dos nossos alunos, porque o projeto não é inconstitucional. Porque, pelo que estão falando, parece que o projeto é o Escola sem Partido e não é o projeto Escola sem Partido, é a colocação de um cartaz, de maneira visível, para que os estudantes saibam que eles têm o direito à informação completa, sem doutrinação ideológica nas imediações das salas de aulas ou nas áreas comuns da escola. Então não tem nada de inconstitucional porque não trata de lei de diretrizes da educação, não tem nada com relação à questão da relação que já é esperada. A mera aposição de cartazes para informação de que o estudante não pode ser doutrinado em sala de aula, se utilizando da audiência cativa que ele tem, porque existe ali uma relação uma relação hierárquica: o professor como instrutor e o estudante como aluno, aluno. Inclusive falam que aluno é aquele sem luz, aquele que vai ser iluminado pelo conhecimento professor. Então, se esse conhecimento que vai ser trazido não é meramente a informação necessária para a formação, mas sim uma doutrinação política ideológica, é evidente que o projeto é necessário, porque não se trata de Escola Sem Partido, trata-se de colocar um cartaz. Agora se não puder colocar

cartaz numa sala de aula dizendo que estudante não deve ser doutrinado, então fecha a Câmara de Vereadores. E, se esses sindicatos e professores doutrinadores que doutrinaram e em público falam isso, sabem ler – porque acho que sabem, porque alguns são até doutores –, eles vão saber que estão mentindo. Ou são extremamente demagogos ou mentirosos. Então, a gente tem que ver o que está acontecendo para ter uma melhor informação.

Outra posição que colocaram aqui de maneira muito sorrateira, falou inclusive sobre para tentar desvirtuar o que seria o projeto, falando sobre agronegócio, falaram sobre que todos os profissionais da área do agronegócio já sabem que é o agronegócio que está destruindo as florestas, só não falam que o Lula deixou pegar fogo na Amazônia, né? E esse é o problema, porque hoje eles acham que porque a esquerda tem uma dominação nas escolas, é bela e moral que eles utilizem da audiência das crianças para doutrinar essas crianças, mas a administração pública preza também pela questão da neutralidade. Imagine se fosse o contrário, se fosse um professor de direita doutrinando contra aquilo que vocês acham. Seria justo isso? Obviamente isso é errado, da mesma maneira que é errado que muitos dos professores hoje em sala aula acabam fazendo. Então, para zerar a banca, zerar a máquina e começar pelo menos a dar um pingão de moralidade para as nossas salas de aula, a informação de que eles não devem ser doutrinários em sala de aula, eu entendo que será razoável. Então, faz todo o sentido o projeto. Parabéns, ex-vereador Valter, e obrigado à Ver.^a Fernanda por ter desarquivado o projeto.

Infelizmente, alguns professores – porque não são todos – utilizam-se da audiência das crianças como um palco de militância, e é só ver como essas crianças, na média, saem da sala de aula para o segundo grau, para a faculdade. Muitos saem já filiados em partidos políticos, majoritariamente de esquerda, e se não é pela doutrinação, não faz sentido o que está acontecendo. Ou em algum momento acaba acontecendo o que vocês na esquerda, política radical, se perdem, porque após esse pessoal entrar no mercado de trabalho ou se formar e começar a produzir alguma coisa, eles acabam abandonando vocês.

Então, nós temos um claro e evidente uso inadequado da audiência das nossas crianças. Obrigado, Presidente, diretor legislativo, e contem com o meu voto favorável ao projeto.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Jessé. A próxima inscrita é a Sra. Fabiana Bauer. (Pausa.) A Sra. Fabiana não está conectada. Vamos para o próximo, o Sr. Heitor Tozzi.

SR. HEITOR TOZZI: Boa noite, eu quero trazer meu relato. Quero primeiro parabenizar pela atitude, eu acho que a Câmara Municipal de Porto Alegre e o povo gaúcho sempre se mostraram ávidos na proposição de leis e de movimentos que trazem à luz as discussões que são necessárias para esse País. Eu falo isso sobre a lei a respeito do CFC, sobre a destruição da camada de ozônio, várias atitudes que foram tomadas pelo nosso Estado como pioneiras no Brasil inteiro. Eu estudei num colégio federal, Colégio de Aplicação, e tive, dentro do meu colégio, professores muito iluminados que puderam trazer para nós uma formação bastante ampla e democrática. Eu tive, dentro do colégio, o Telmo Max, que foi uma pessoa de esquerda, mas que escreveu um livro de história que formou muitos dos meus colegas sem doutrina nenhuma. Tive também o Celso Marques, que foi fundador da Agapan, e ele não me colocou ideologia, embora fosse professor de filosofia, sobre mudanças climáticas ou sobre o que é certo ou errado dentro da ecologia. Fui aprender isso ao longo da minha carreira e vivenciando. Eu acho que a experiência que todo professor deve trazer é sua experiência neutra e apartidária. Isso faz de um professor alguém que ilumina, que possa trazer ao estudante a condição de pensar sobre as coisas. Eu poderia ser de esquerda, poderia ser de direita, hoje eu me sinto meio apartidário; mas o que eu quero trazer aqui é que quando se tem professores livres de doutrinas, seja de partidos de direita ou de esquerda, a criança cresce com liberdade. Eu acho que é esse aspecto que é vantajoso ser discutido dentro de uma comunidade, dentro de uma sociedade, coisas que limitem a atuação político-partidário. Desculpem-me os de esquerda que estão aí presentes, mas,

realmente, eu lembro das Diretas Já, na época em que eu estava no colégio, não existia essa gana política, essa vontade de dizer que você tem que ser de esquerda, chega a ser *bullying*. Eu vejo *bullying* em universidade, eu vejo *bullying* na formação cultural de pessoas quando elas acenam que se você é de direita, então você é um escroto da universidade. Eu acho que não é por aí. Discutir mudanças climáticas é importante, mas quando a criança tem formação para chegar a essa discussão. Não adianta a gente colocar o carro na frente dos bois a todo momento. Então, na escola, principalmente, eu não vejo um lugar saudável para se discutir política, talvez no ensino mais avançado, a própria criança ou o próprio jovem tenha condição de ver quais são os seus fundamentos políticos. Mas num colégio, na escola fundamental principalmente, chegar com *boton*, chegar com aquele peso social, no final acaba gerando até *bullying*. Eu digo porque, na escola privada, essas coisas são bem mais limitadas, mas, na escola pública, isso está arregado, carregado de um ciclo partidário, que levou, inclusive, a algumas *fake news*, tanto por um lado quanto por outro, mas isso contamina a forma com que a criança está sendo formada. Eu vejo que a agressividade, por parte de muitas crianças, tem aumentado, acho que não é só no Rio Grande do Sul que a gente pode ter exemplos, eu vejo no Rio de Janeiro, São Paulo, em vários lugares a gente vendo a criminalidade aumentando nas escolas. Em São Paulo, regiões onde você tem um IDH altíssimo, a situação da educação está sofrendo a manipulação de uma forma errada e levando a um aumento de criminalidade. Então, essas questões políticas, esses confrontos políticos não são saudáveis ao ambiente escolar, e esse é meu ponto de vista. Eu tive excelentes professores de esquerda, tive excelentes professores de direita, e nenhum deles mostrou qual era a sua intuição partidária ou sua vocação partidária; todos eles foram neutros. E eu estava numa escola federal. No caso das escolas municipais, eu acho muito crítica a situação que nós estamos enfrentando hoje, em todo o Brasil.

Eu quero agradecer a palavra e a oportunidade de expor aqui a minha posição pessoal de neutralidade e eu acho que realmente é um projeto que pode trazer essa neutralidade. Obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Sr. Heitor. O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado pela oportunidade, um abraço ao querido Ver. Hamilton, que preside esta sessão, ao Luiz Afonso, servidor da Casa, sempre atuando em prol do bem comum. Queria dar também aqui a minha saudação especial a todos os membros das comunidades escolares, porque só quem está dentro da escola pública sabe o sofrimento que é ter um governo como este, com vereadores que apoiam, como esta vereadora, que desarquivou esse projeto horroroso e não fala nada aqui sobre o grande problema que são escolas fechadas por conta da enchente, e até agora este prefeito não apresentou, na Câmara, um projeto para a reconstrução das escolas, para recomeçar as aulas que estão paralisadas. Ninguém fala aqui do direito à educação de crianças, que não têm escola para ir estudar, porque o prefeito Melo não é lembrado. É muito bonito desarquivar um projeto para conversar com seu curral eleitoral. É disso que se trata, quando deveriam estar fazendo uma audiência pública agora, nas comunidades desassistidas, porque até hoje nós temos 19 mil pessoas nesta cidade sem vaga na educação, porque os vereadores da base do governo Melo negaram a CPI de Porto Alegre. E hoje a Polícia Civil está investigando R\$ 140 milhões, e eu tenho orgulho enorme de ter ajudado a prender a secretária Sônia da Rosa, do governo Melo, duas assessoras e um empresário foram presos, isso ninguém fala aqui, aqui eles falam que a escola é doutrinadora. Pois bem, sabe qual a doutrina que a escola tem que implantar de verdade? É que as pessoas oprimidas, as pessoas sofridas, têm, sim, direito a ter escola pública aberta; têm, sim, direito a cobrar desse prefeito que faça a reconstrução das nossas escolas; têm que, sim, cobrar que o dinheiro da educação, R\$ 2 bilhões do Fundeb, não foram implementados na educação pública municipal. Mas aí, para outras coisas, foi implementado, por exemplo: R\$ 70 milhões de isenção de IPTU para a Fraport, do aeroporto. Me diz o que essa empresa fez pela educação do Município? Nada! E esses

vereadores de extrema direita, ó, caladinhos, em silêncio. Por que será que esses vereadores que querem aprovar esse projeto da mordaza não falam nada sobre o sucateamento das escolas públicas que nem caixa d'água tem no Município. Por que será que eles não falaram nada aqui da EMEF São Pedro, que está há mais de quatro anos sem conseguir garantir o direito à educação integral para os seus alunos, porque a obra não acontece. Por que será que eles não falam aqui das escolas conveniadas que não conseguem pagar o piso do magistério para os professores – mais de 200 escolas e professores trabalham e não ganham piso, por que será que eles não cobram melhores salários aos professores? Porque eles têm um compromisso com a doutrinação extremista, bolsonarista, de extrema direita, que ataca direitos, ataca inclusive a Constituição. Por que eles não falam aqui daqueles que foram presos por tentar um golpe no Brasil no dia 08 de janeiro de 2023? Por que será que eles atacam os professores, que hoje, no Município, recebem 30% abaixo do que deveriam receber, só por reposição inflacionária, que nem o governo anterior, nem esse repuseram. Eles não falam nada disso, eles se calam, porque eles não querem, os donos desse projeto, os defensores dele, não querem abraçar a escola pública, porque quem não abraça o professor da escola pública não abraça os alunos também; quem não abraça a educação está de costas para a cidade, assim como a gente viu uma cidade, um governo e vereadores da base de costas, deixar a cidade alagar por conta da falta de manutenção no sistema de combate, de proteção às cheias. Então, nessas audiências a gente vê nitidamente o compromisso de certos vereadores, que não é um compromisso com a melhoria do bem comum, é um compromisso com seus currais eleitorais, debater os seus teminhas, o seu miúdo, a sua turminha, quem reúne para tomar café, para tomar um traguinho – essa é a realidade que a gente vê numa audiência pública que deveria estar debatendo mais escola, mais professores, mais verba para educação, estão debatendo o que querem para amordazar os professores. Deve ser porque os professores lutam por melhores condições de trabalho; deve ser porque os professores agora, na enchente, estavam fazendo vaquinha para dar cesta básica para quem está desabrigado; deve ser porque

os professores, agora, na enchente, estavam ajudando a limpar as escolas, enquanto o governo Melo, de braços cruzados, assistindo, inclusive o Exército, a mando do governo Lula, do Ministério da Defesa, estava lá nas escolas, como eu vi na EMEF Migrantes, só os servidores públicos, estavam do Exército e da escola, atuando. Não tinha um CC da Secretaria de Educação do Melo; os CCs desses partidos políticos aí, dessa turma, eles estavam provavelmente em casa, no *home office*, na dificuldade que era a enchente; agora, irem até as escolas, eu só vejo as monitoras, as professoras, os servidores de carreira, isso eles não elegiam aqui, isso eles atacam. Então, para concluir, meu presidente, isso é uma vergonha, é um disparate, é um desrespeito com a escola pública um projeto desses, e nós vamos lutar muito para derrotar uma coisa que já nasceu morta, porque é inconstitucional. Parece que estão faltando pessoas do direito para lerem os projetos antes de serem protocolados. Porque não é possível, um mínimo de conhecimento da área de direito, que tenha feito uma disciplina no curso de direito saberia que este projeto não poderia ser protocolado porque ele é inconstitucional. Mas eles insistem no engodo, na ilusão para iludir o seu curral eleitoral, mas aqui não vai passar, aqui terá a verdade, aqui terá a palavra da educação. E é por isso que nós estamos na Câmara, para defender a educação pública de qualidade, com respeito e sem mordação.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Jonas. Informamos que a conexão anterior, que era a Sra. Fabiana Bauer, conseguiu se reconectar, então ela será a última fala a favor do projeto. Sra. Fabiana, por favor.

SRA. FABIANA BAUER: (Problemas na conexão.) Boa noite a todos, eu quero agradecer, é uma honra poder participar deste evento maravilhoso com pessoas realmente que são do Senhor, que são de Deus; vereadores que são, como ouvi algumas pessoas falando, de extrema direita, mas eu, como mãe, funcionária pública há mais de 26 anos aqui no município de Alvorada – sou de Alvorada –, fico triste em ouvir essas pessoas que são de esquerda que não tem nem o que

nós falarmos. Como mãe, eles não têm noção do que se passa realmente nas escolas, tano nas nossas municipais, mas principalmente nas estaduais. Nós sofremos, sim, com a doutrinação querendo ser imposta aos nossos filhos. E é triste quando um professor impõe, ensina, quer ensinar ao teu filho uma ideologia que é totalmente contrária aos nossos princípios. Mas, se tu falares algo, muitas vezes essa criança é perseguida, muitas vezes ela é constrangida, e muito menos é participativa de fazer qualquer coisa em alguma atividade da escola. E, se tu, como mãe, ir lá, tu ainda acabas sendo menosprezada, tu acabas sendo sabe... é uma situação que fica constrangedora em que tu não podes, até então, lutar pelos direitos do teu filho e impor o que tu não queres porque vem contra os teus princípios que eles querem nos enfiar goela abaixo, sim, porque isso acontece. Professor dizer que não quer doutrinar, isso é uma falta gravíssima, esse é o professor que deveria ensinar português, matemática e ensinar as matérias para os nossos filhos. A educação não compete a eles, falar linguagem neutra! Poxa vida, um professor, vai estudar português. Onde se diz que na linguagem portuguesa existe linguagem neutra? Aí vêm esses tipos de pessoas aqui no Brasil querer impor para nós esse tipo de atividade, esse tipo de linguagem que vem totalmente contra o português! Sabe, essa é a ideologia da esquerda, querer que nós fiquemos cada vez mais ignorantes, porque, sendo ignorantes como o nosso... Nosso não, porque não é meu presidente, glória a Deus, está repreendido. Mas dizer que quanto mais conhecimento as pessoas tiverem, um poder aquisitivo um pouquinho maior, aí as pessoas vão saber e não vão mais votar neles. Mas é óbvio, porque se as pessoas... É por isso que eles fazem isso. A escola cívico-militar é um ensino de qualidade que deveria ser empregado em todos os municípios e em todas as escolas, sim, porque lá gera esta educação que realmente deveria ser em todos os locais, porque as pessoas precisam realmente serem conscientizadas da importância que é quando ser levada à verdade, porque como dizia o nosso eterno presidente: conhecereis a verdade e a verdade vos libertará. E é isso que o nosso povo precisa, é isso que as nossas mães precisam saber que elas têm sim um respaldo, existem grupos de mães que estão as apoiando, que elas não estão sozinhas que podem lutar

sim pelos seus direitos nas escolas, quando são impostas de que não podem falar que o seu filho é obrigado a fazer tal coisa que vem contra seus princípios. Nós temos grupos de mães, glória a Deus, nós temos vários grupos bons, entre eles nós temos os mães direitas, que é um grupo de mães que estão juntas estão unidas para poder ser um apoio a todas nós e termos uma força, porque nós não estamos sozinhos, nós temos vereadores maravilhosos. nós temos a Comandante Nádia, nós temos aí o nosso deputado federal, Bibó Nunes, a Camila, que estão juntos conosco, o deputado Nícolas Ferreira, são pessoas empenhadas em tudo isso para contas, para nos ajudar no que nós precisarmos. É só a gente buscar ajuda. Muitas pessoas não conhecem, e aí a gente fica sofrendo na mão dessa esquerda que vem tentando nos enfiar goela abaixo, com o perdão da palavra, mas a gente fica indignado com isso e tem que ouvir dessa gente aqui dizendo que é uma lei... Não, e não sabe nem dizer que é uma lei inconstitucional. Aí vem dizer como a... não vou citar nomes, porque não estamos aqui para poder constranger essas pessoas que já estão constrangidas, que elas podem falar o que elas quiserem, e nós sabemos que elas já vêm com uma lavagem cerebral. Então, o trabalho da esquerda é esse, gente, continuar unidos. Assim como eles fizeram um trabalho de formiguinha de 500 anos para tentar chegar nessa doutrinação, nós, de direita, precisamos, sim, estar unidos, não desistimos, estarmos apoiando as nossas mães, porque nós sofremos, sim. Eu, glórias a Deus, tenho esta força, nós aqui em Alvorada, nós vamos formar um grupo forte, sim. Nós vamos tirar essa esquerda do poder, sim, dessa doutrinação maldita que é coisa das trevas, porque nós temos que trabalhar com a verdade. Nós não precisamos... Oi, desculpa?

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Para concluir, por favor, seu tempo esgotou.

SRA. FABIANA BAUER: Ah, sim, desculpa. É que eu acabo me empolgando, eu fico triste com essa esquerda psicopata falando, e eles não têm noção do sofrimento... (Problemas na conexão.) ...com as crianças realmente numa

educação boa, com as mães tranquilas, sabendo que os filhos estão fazendo algo que é correto e dentro dos seus princípios. Quero agradecer e pedir desculpas se eu me exaltei, se eu falei, mas, assim, qualquer mãe realmente, de verdade, se indignaria ver a fala de um professor de esquerda que não tem noção do mal que está fazendo para os nossos filhos, sim. Mas, glória a Deus, nós temos um Deus Altíssimo que vem à nossa frente. Quero agradecer a todos e glória a Deus. Muito obrigada pela atenção. Peço perdão mais uma vez pela minha falha, falta de conectividade aqui com meu celular, mas agradeço a oportunidade. É uma honra poder participar e poder falar, sim, e desabafar um pouquinho. Deus os abençoe.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Sra. Fabiana. Presidente, nós não temos mais inscrições, podemos passar às considerações finais por cinco minutos do Ver. Valter e, depois, da Ver.^a Fernanda.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Perfeito. Então, Ver. Valter, V. Exa. tem cinco minutos.

SR. VALTER NAGELSTEIN: Então, mais uma vez, muito obrigado pela oportunidade. Cumprimentos à Ver.^a Fernanda. Cumprimentos a todos os vereadores que participaram. Eu acho que essa audiência pública permitiu que nós expuséssemos, entre outras coisas, a qualidade do Parlamento e conseguíssemos cotejar aquilo que foi mero clichê, aquilo que é repetição, aquilo que exatamente nós queremos evitar, a partir da doutrinação, que é a robotização do pensamento, a repetição de mentiras que acabam se transformando em verdade exatamente por isso, o amortecimento do senso crítico, paradoxalmente se falando em desenvolver o senso crítico, mas que se estabelece exatamente o contrário, o amortecimento do senso crítico, e tratando de outros temas que são alheios ao projeto de lei. Cumprimentos a todos os vereadores pelas manifestações que fizeram, aqueles que defenderam o projeto,

porque leram o projeto. Então não há inconstitucionalidade, cumprimentos aos cidadãos que participaram aqui, ao Rinaldo, à professora Márcia Sigal, à Claudia Frutuoso, a esta senhora por último que participou, enfim, a todos, porque na verdade o que eu pude ver é que leram o projeto, que sabem a respeito do que estão falando, sabem que não há inconstitucionalidade nenhuma e, mais do que isso, nós conseguimos ver não só o que são essas posições de repetição, volto a dizer, de clichês, chavões e mentiras, como a ideia de manter esse sistema de captura de corações e mentes, que é isso que a gente precisa evitar. Manter a escola um espaço de ensino, um ensino para a qualidade, um ensino para a vida, um ensino que instrumentalize o jovem para que ele possa chegar no mercado de trabalho, disputar um espaço, pensar na sua ascensão social, pensar que a sua família não tem que ser condenada a uma situação de imobilismo social, é isso que a gente quer da educação. A gente precisa pensar por que um país que a esquerda tanto odeia e que eu sempre defendi, que é Israel, tem 12 prêmios Nobel, por que o Brasil, que eu sempre digo, um gigante geográfico, é um anão no ponto de vista dos indicadores da educação. Não é só anão porque há – e é verdade que há – muitas vezes uma negligência com relação ao investimento em recursos para a educação, não é só esse o fenômeno. O fenômeno é um desvirtuamento do processo da educação, a partir desse câncer, sim, que é a militância político-ideológica dentro da sala de aula. E esse projeto, como disse o Ver. Jessé Sangalli, o Ver. Tiago, a Ver.^a Nádia e a Ver.^a Fernanda, é apenas colocar um cartaz lá para que diga aos pais qual é o direito que o pai tem numa educação que enseja ao seu filho que ele seja ensinado e instrumentalizado para a vida e não que ele seja robotizado ou aparelhado para que seja um agente da revolução, simplesmente para fazer a contestação. Então, muito obrigado, parabéns pelo trabalho, que a Câmara manifeste, ali na frente, aquilo que é a verdadeira democracia, que é a manifestação soberana da maioria dos vereadores. Que a gente continue privilegiando a educação, sim; não o aparelhamento da educação, e que a gente continue olhando principalmente para o nosso educando e para o nosso jovem. Obrigado a todos vocês, que Deus nos ilumine e nos abençoe.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Obrigado, vereador Valter Nagelstein. A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Eu quero agradecer a todos os que participaram da nossa audiência pública, para cumprir o rito processual, que é a única coisa que impedia esse projeto de ser colocado de volta em votação. Eu acredito que esse projeto será aprovado, porque, como bem disse meu colega Jessé, esse projeto, ele não é só necessário, ele é urgente. É só a gente dar uma olhada na fala dos professores que se manifestaram aqui hoje. Todos eles deixaram escancaradamente claro que eles nem se dão conta mais do quanto eles doutrinam em sala de aula, com ameaças ao Melo, ameaças de que vão continuar falando contra o prefeito, com ameaças de que vão recorrer ao STF, ameaçando com o Xandão, enfim, é o nível dos professores a que os nossos filhos estão expostos hoje. Se a gente não pode aceitar que se tenha um cartaz dentro da sala de aula, para que os pais conheçam o seu direito como pais de saber que os filhos deles não podem e não precisam estar sendo expostos a esse tipo de coisa em sala de aula, então seria o fim do mundo mesmo. É um projeto absolutamente democrático, é um projeto que favorece a pluralidade, não é o que a gente tem hoje vindo desses professores e dos sindicatos que se manifestaram aqui hoje. A gente vê claramente que existe um desespero da parte deles para manter um viés de hegemonia dentro da escola. E a gente aqui fala com toda a clareza que nós não queremos nem centro, nem esquerda, nem direita, nós queremos uma escola que ensine, uma escola que fale de política sim, mas não de forma doutrinária, uma escola que mostre a importância que tem em se ser um agente político, em se conhecer o que a política pode ou não pode fazer, para que as pessoas não sejam enganadas e manipuladas por políticos demagogos de todo tipo que aparecem neste nosso País.

Meus amigos, eu quero agradecer e dizer que cumprimos o rito, o projeto será posto em votação e vai ser aprovado, porque ele é uma necessidade. A gente viu aqui o nível de militância absoluto que passa despercebido de muitos, mas

que, quando a gente bota numa audiência pública, fica absolutamente escancarado que a maioria desses professores que vieram falar aqui hoje tem lado, e é um lado político muito claro, se eles não se dão conta disso, meu Deus do céu, pobre das crianças em sala de aula, porque assim como eles vêm aqui e falam isso na nossa cara, imagina o que eles não fazem quando não tem ninguém vendo, só as crianças dentro da sala de aula. Um projeto singelo, que não tem absolutamente nada de ilegal, que respeita a Constituição em todos os seus níveis e que, desculpa, mas se passar, não vai ser derrubado. É um projeto que vem ao encontro do desejo da sociedade que quer, sim, que os seus filhos estejam protegidos em sala de aula, não querem militância político-partidária dentro da sala de aula; o professor pode votar em quem quiser, mas não pode abrir seu voto nem fazer discurso político em sala de aula. Muito obrigada a todos e uma boa noite.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Obrigado, Ver.^a Fernanda Barth. Antes de passar para o Dr. Luiz Afonso, quero agradecer ao Dr. Valter Nagelstein, à Ver.^a Fernanda Barth, à Ver.^a Comandante Nádia, ao Ver. Tiago Albrecht, ao Ver. Jessé Sangalli, ao Ver. Jonas Reis e a todos que participaram conosco, os prós, os contras. Discussões, debates, a democracia é isso.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Presidente, cumprida a nossa tarefa, agradecemos a presença das senhoras e dos senhores, e desejamos a todos um bom final de noite.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Obrigado, boa noite, declaro encerrada a nossa audiência pública. Muito obrigado.

(Encerra-se a reunião às 20h54min.)